

Adunicamp

Publicação da Associação de Docentes da Unicamp • Campinas, São Paulo

Nº 02 • 14/03/2002

FÓRUM DAS SEIS PREPARA CAMPANHA SALARIAL

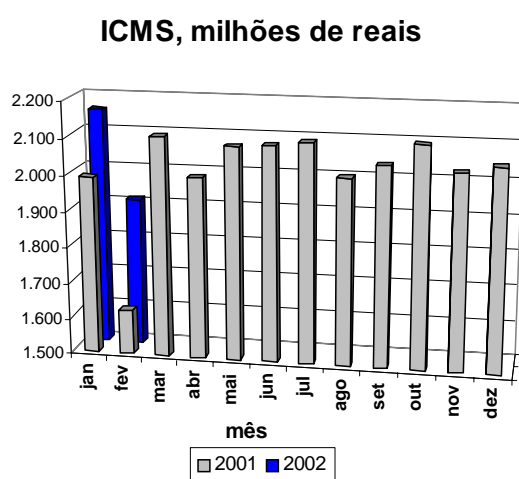
O Fórum das Seis se reuniu no último dia cinco de março para definir uma proposta de pauta para a Campanha Salarial de 2002.

Foram examinados dados referentes a salários, inflação e comprometimento do repasse com folha salarial dos últimos dois anos. Foi considerado o período de abril de 2000 a abril de 2002. Para os meses de março e abril de 2002 tomou-se o valor do ICV-DIEESE, correspondente à média aritmética dos seis meses anteriores a março de 2002. De acordo com esse índice, as nossas perdas salariais de abril de 2000 a abril 2001 foram de 7,2%. A inflação projetada para o período de abril de 2001 a abril de 2002 é de 10%. Resulta disso uma perda total de 17,8%. O reajuste de 6% de maio de 2001 reduz a perda projetada a 11%.

Em 2001, as três universidades públicas do Estado de São Paulo comprometeram 84,3% dos recursos do tesouro do estado com salários, valor menor que os 87,2% gastos em média no período de 1995 a 2000. O Fórum avalia que falta agregar aos 11% de perda, a parcela correspondente à essa diferença, que é de 39% de uma folha de pagamento. **Chega-se, assim, ao índice composto de 16%.** Este percentual está sendo encaminhado para as entidades de docentes e funcionários das universidades estaduais paulistas como proposta de reajuste a partir de maio.

A pauta que inclui este índice, juntamente com outros itens, será objeto de avaliação pela Assembléia da

ADUNICAMP marcada para o próximo dia dezanove de março, terça-feira.



A arrecadação do ICMS nos dois primeiros meses deste ano é animadora. Mesmo tendo apresentado queda em relação ao valor registrado em janeiro (o que sempre acontece nesse período), a arrecadação de fevereiro apresentou um crescimento, em termos nominais, de 17,7% em relação à do mesmo mês do ano passado.

Leia, ainda, neste Boletim:

* *Segurança no Campus, Violência Policial e Provão - páginas 2 e 3.*

* *Professor Wilson Cano analisa Plano de Expansão de Vagas do CRUESP - página 4.*

ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 19/03 - 12h00 - na ADUNICAMP

Pauta: 1) Greve Nacional, convocada pela CUT, no dia 21/03;

2) Campanha Salarial 2002.

A CHAVE DE FENDA

Na edição de dezembro do ano passado do “Jornal da Unicamp”, finalmente a Reitoria resolveu colocar em discussão a violência e a segurança no campus... Será verdade?! Não, infelizmente isso não aconteceu. A matéria foi tratada num “Caderno Especial”, que “ouviu representantes de unidades, entidades, Prefeitura de Campinas, Polícia Militar, Ministério Público e o Reitor”, mas...

Para as opiniões contrárias à do reitor: uma página em onze (se contarmos a capa, doze). A ADUNICAMP ficou com um quarto de página; o representante do DCE, com outro quarto; o representante do STU, meia página... É uma vítima da violência, cujos “Momentos de pânico” (título da matéria) ofuscam suas opiniões independentes: “Diretor do STU foi seqüestrado no campus e ameaçado de morte por dois assaltantes” é o subtítulo.

A Polícia Militar e a Prefeitura de Campinas ficaram com uma página, cada uma. A identidade de espaço é acompanhada pela identidade de posições. Não fosse a empolgação do

representante da PM (“o papel da Polícia Militar hoje é comunitário”), a representante da Prefeitura seria imbatível.

O Reitor ocupa duas magníficas páginas, com magníficas generalidades sobre a sociedade brasileira em geral, a globalização, a violência, a pesquisa, o conhecimento... E o papel da UNICAMP em tudo isso. Espaço tão grande só foi reservado a uma entrevista com um representante do Ministério Público, que só indiretamente pode ser relacionada ao tema do caderno.

A edição das entrevistas dos representantes das unidades segue a mesma linha editorial: sem sinal da polêmica prometida na capa do caderno, nem de qualquer aprofundamento da questão. Como relacionar necessidade da PM no Hospital e no IFCH? Como imaginar um patrulhamento ostensivo, permanente e armado que não intervenha em ações e manifestações de professores, alunos e estudantes?

Os jornalistas não fazem perguntas inconvenientes. Também igno-

ram os problemas do patrulhamento da PM na cidade. Limitam-se a transmitir a idéia de que a oposição ao patrulhamento do campus pela PM resulta de um “irrealismo arco-íris”, de uma “visão idílica da universidade” ou, simplesmente, de traumas relacionados com a ditadura militar. Parece que ninguém lê outro jornal além do “Jornal da Unicamp”.

O “lamentável incidente” entre dois soldados e dois professores - sem o qual, provavelmente, este caderno não existiria - é praticamente ignorado. Uma das raras referências: os professores “teriam se revoltado com a presença de pessoas fardadas armadas”. Teriam? Os responsáveis pelo jornal sabem que os professores em questão negam isso. Fizeram o caderninho do Reitor.

Esperamos que, brevemente, o orçamento da universidade esteja livre das despesas necessárias à elaboração, impressão e divulgação deste tipo de imprensa. De qualquer maneira, com este caderno, o atual Reitor começou a fechar, com chave de fenda, uma lamentável gestão.

O PERFEITO PINÓQUIO

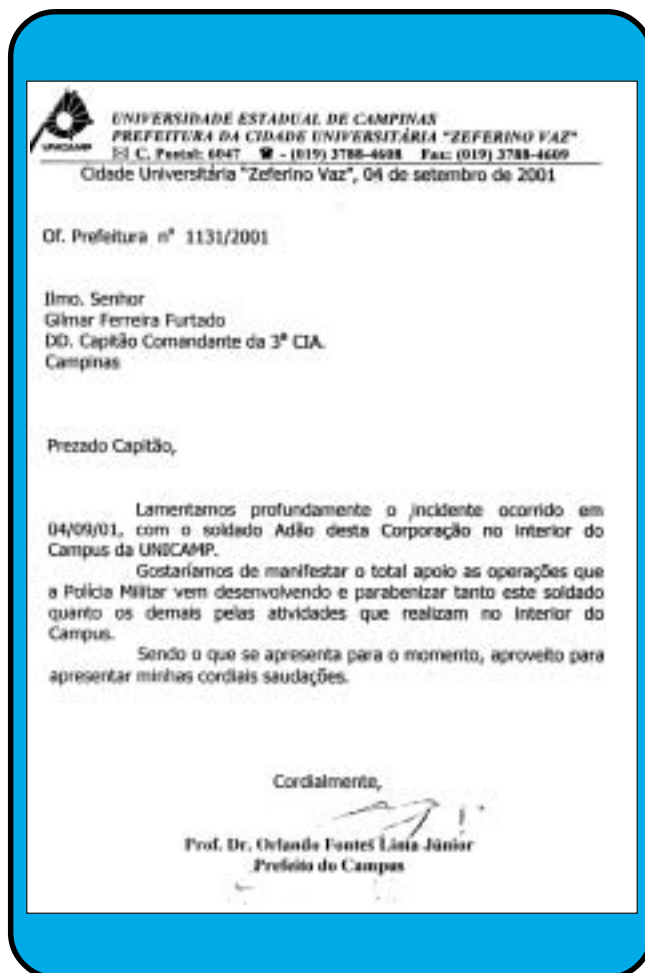
Eis o que o Prefeito do Campus escreveu no “Jornal da Reitoria”:

“Infelizmente, tivemos um incidente em setembro passado envolvendo dois colegas, professores do IFCH, e soldados da Polícia Militar. Por conta do mesmo, encaminhei uma carta à Polícia Militar, na qual lamentava o incidente ocorrido e reafirmava o bom trabalho que a mesma vinha exercendo no campus. O meu comentário tinha um caráter geral e não se referia em nenhum momento ao incidente em questão, nem tampouco elogiava a atitude do soldado naquele episódio. A minha atitude visava tão somente garantir a continuidade das rondas da Polícia Militar, tão importantes para a garantia da segurança no campus, não havendo qualquer intenção de prejudicar os professores do IFCH.”

O Prefeito não considerou necessário tratar com a mesma cortesia os professores do IFCH. Aliás, eles só tomaram conhecimento da existência da carta ao comandante da PM, quando foram chamados para prestar declarações sobre a queixa-crime dos soldados, na Delegacia de Barão Geraldo.

Ao lado está a fotocópia da carta enviada pelo Prefeito ao Comandante da 3ª Cia da Polícia Militar, no mesmo dia do incidente (quatro de setembro de 2001).

Os jornalistas da Reitoria não consideraram um dever de honestidade profissional publicar a carta em questão, nem informar que os soldados anexaram esta carta à queixa-crime, nem também informar que, em razão dela e por unanimidade, as congregações do IFCH e do IEL solicitaram a demissão do prefeito.



AS PÉROLAS DE VON ZUBEN

Depois de trabalhar durante 15 anos no extinto (mas inesquecível) Departamento de Medicina Legal (na área de Bioética), a educadora Maria Cristina Von Zuben Camargo é hoje assessora da Pró-Reitoria de Extensão da UNICAMP e, nas horas vagas, Secretária de Segurança de Campinas. Eis o que aprendemos com ela, no “Jornal da Reitoria”.

“A participação da PM na ditadura foi insignificante, praticamente figurativa. (...) Porque ela é uma polícia muito mais ‘civil’ do que se pode imaginar.”

“(...) do ponto de vista da Ética e dos Direitos Humanos, a preocupação da PM é tão elevada que, num curso de um ano, essas disciplinas ocupam 70 horas/aulas. (...) A nossa própria Faculdade de Ciências Médicas prevê apenas 30 horas/aulas de Ética em seis anos”.

“A relação da universidade com a PM está longe de ser inviável, pois ambas as instituições apresentam um bom nível intelectual”.

Em tempo, a edição “on line” do Portal Cosmo (Rede Anhanguera de Comunicação - publicadora dos jornais “Correio Popular” e “Diário do Povo”) do dia 08/02/2002 informou que a Guarda Municipal de Campinas, subordinada à Secretária de Segurança, em conjunto com a Polícia Militar, entrou em confronto com um grupo de sem-tetos que invadiu a Coordenadoria Regional de Assistência Social do Jardim Santa Amália, periferia da cidade. Seis pessoas foram detidas e alguns manifestantes ficaram feridos. Eles reivindicavam que a Prefeitura retirasse da Justiça um pedido de reintegração de posse de uma área pública invadida por cerca de 300 pessoas em janeiro, no Parque São Paulo. Clássico exemplo da intolerância e uso da força repressiva contra os movimentos sociais.

“POLÍCIA DA REGIÃO É A QUE MAIS MATA NO INTERIOR”

Esta é a manchete da matéria do jornal “Correio Popular”, veiculado no dia 14 de dezembro de 2001, sobre o estudo da Ouvidoria da Polícia da Secretaria Estadual de Segurança Pública. Uma das centenas de matérias sobre o tema publicadas recentemente na “grande mídia”. Ela inclui uma pequena entrevista com o Ouvidor Geral, Fermino Fecchio Filho, e este **resumo do perfil de 412 vítimas, entre 837 mortes de civis por policiais civis e militares, no Estado de São Paulo, no ano de 2000** [mais de duas vítimas por dia].

- Cada vítima recebeu, em média, **3,26 tiros**.
- **Policiais Militares foram responsabilizados por 88,61% das mortes**.
- **Dos policiais acusados, 25,54% es-**

tavam de folga.

- **Estiveram envolvidos nas mortes, 1.074 policiais; 834 foram identificados.**

- **99,17% das vítimas eram do sexo masculino; 41,5%, brancos; 37,38%, negros.**

- **44,9% tinham entre 18 e 25 anos.**

- **46,6% das mortes ocorreram entre 18 horas e meia-noite.**

- **77,18% “supostamente” estavam envolvidos em crimes.**

- **22,82% das pessoas mortas [quase uma em cada quatro] não estavam envolvidas em “nenhuma prática delituosa”.**

14ª Medalha Chico Mendes de Resistência - 2002

Dia: 01/04/2002 - segunda-feira - 18h00.

Local: sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) - Rua Araújo Porto Alegre, 71, 9º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ.

Organização: Grupo Tortura Nunca Mais - RJ.

PARABÉNS AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO QUE REPROVARAM O PROVÃO

Com um vestibular no final, os cursos universitários têm destino certo: virarem cursinhos. Com a experiência acumulada nos cursinhos voltados para o vestibular propriamente dito, isso não deverá demorar muito. Quais as questões mais prováveis? Quais as melhores maneiras de respondê-las? Quais as dicas, os macetes mais úteis? Quem puder, escolherá o melhor cursinho universitário, isto é, aquele que obtém melhores resultados no provão.

Agora, os comerciantes de diplomas universitários dispõem de critérios objetivos, que garantem uma concorrência justa no mercado do ensino superior. As conseqüências negativas sobre o ensino, a pesquisa e a formação universitária em geral

serão compensadas pelo dinheiro, cada vez maior, que corre para os bolsos dos comerciantes do ensino superior e seus amigos da burocracia federal. A Reitoria da UNICAMP sorri de orelha a orelha.

Aumento do número de vagas sem aumento do número de docentes, deterioração dos salários, pressão da CAPES e do CNPq, fim dos departamentos, zero de autonomia e PM no campus deverão ser suficientes para que a UNICAMP e as universidades públicas em geral abandonem toda e qualquer visão idílica do ensino e da pesquisa, deixem de lado os seus preconceitos intelectuais e sejam felizes também. O dinheiro não traz felicidade, mas ajuda...

EXPANSÃO DE VAGAS NO ENSINO SUPERIOR

Wilson Cano*

É sabido o fato de que a negligência do estado para com o ensino público superior reduziu fortemente a participação das instituições públicas na oferta total de vagas (cerca de apenas 10% no estado de São Paulo). Não só isto, pois a negligência também se manifesta na queda da qualidade desse ensino. Contudo, a forma em que está sendo pensada a “solução” do problema, no estado de São Paulo, é equivocada: pretende tapar apenas uma parte do “buraco”, e, como veremos abaixo, aumentar a quantidade, piorando a qualidade.

Em agosto passado, o CRUESP (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas) apresentou um Plano de expansão de vagas no ensino superior público estadual paulista. O plano, que já está sendo implementado, contempla um período de 5 a 10 anos para sua integralização, com a expansão de vagas nos *campi* atuais e em futuros, a serem criados (Limeira e Paulínia, para a Unicamp; São Paulo, para a USP; e São Carlos e São Vicente para a Unesp), e em outras escolas superiores públicas do estado, criando 56.745 vagas ou 133.330 matrículas, nas seguintes modalidades:

- nos *campi* atuais e em novos *campi*: expansão de 5% anuais, nos próximos 5 anos, totalizando aumento de 4.145 vagas ou 20.730 matrículas, ou aproximadamente 27,6%, nos cursos (novos ou não) tradicionais de graduação;

- cursos *seqüenciais* e *básicos*, de no máximo 2 anos de duração, criando 47.000 vagas ou 94.000 novas matrículas, que exigirão ainda a criação de 20 novas escolas;

- apoio a cursos *profissionalizantes*, basicamente nas Fatecs, totalizando 600 vagas ou 3.600 matrículas em 3 anos;

- cursos para a *formação de docentes* para ensino de 1° e 2°. Grau, criando, em 3 anos, 5.000 novas vagas ou 15.000 matrículas;

- implantação de cursos de *educação à distância*.

Os custos estão estimados em R\$ 100 milhões no primeiro ano, e atingirão R\$ 450 milhões no décimo. Estimam com isso a criação de 9.800 empregos diretos (dos quais 4.149 docentes). Entre as condições favoráveis apontadas no documento (p. 13), revelam a existência de *disponibilidade física* pré-existente para admitir novos alunos, “nem sempre detalhadas e minuciosamente verificadas... (e para as quais) não se levou em conta a possível existência de outras atividades...” (!). Tais disponibilidades, para as quais se limita a mostrar números (Tabela 2 do documento), sem explicá-los, totalizaria 50.830 lugares.

Entre os cursos de graduação que seriam expandidos ou criados, estão arrolados vários de indiscutível necessidade e carên-

cia atual, mas outros, para os quais, a oferta atual de profissionais é tão grande que já vilipendiou seus mercados de trabalho, como por exemplo o de Contabilidade. É a chamada “educação inútil”.

Ao relatar o atinente aos cursos seqüenciais e básicos, às páginas 19-23, mostra o padrão qualitativo que tais cursos deverão ter, quanto aos corpos docente e discente, infra-estrutura, projetos acadêmicos e avaliação do ensino. Afirma que se deve exigir do corpo docente, “*contratado mesmo que em regime celetista, a necessária qualificação* (Mestres ou Doutores); “que a infra-estrutura, *embora mais simples* (sic) *do que a exigida em cursos de graduação* (...) seja adequada”; e que “o corpo discente (...) *Receba um ensino que leve em conta suas eventuais deficiências anteriores* (sic)...”.

Embora (p. 19 e outras) afirmem que vários desses cursos serão ministrados por outros estabelecimentos públicos de ensino superior (Fatecs), deverão ser academicamente supervisionados pelas três universidades (“isoladamente ou em *pool*”), para que tenham o *selo* delas... Entre os cursos seqüenciais citados como exemplo a ser criados, há um estranho curso de *Ciências Imobiliárias* (sic)...

Para os cursos de *graduação*, os custos estimados são (em R\$ milhões): 9 já em 2001; 5,4 em 2002; e crescem até atingir 149,3 em 2010. Ora, aqui reside justamente a questão chave: como o orçamento das três universidades é fixo (9,57% da arrecadação líquida do ICMS) em lei, pergunta-se de onde virão os recursos adicionais exigidos a partir do ano que vem? De créditos extraordinários? E estes, serão sempre concedidos pelos futuros governadores e Assembleias Legislativas?

Para os cursos *seqüenciais* serão contratados *celetistas*, ao preço de R\$ 37,5/hora, “suficientemente adequado para atrair interessados de bom nível acadêmico e competência” (p. 30) ganhando mensalmente R\$ 3.500 por 20 horas semanais (de aula).

Cabe também lembrar que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101, 4/5/2001), nos artigos 4° parágrafo primeiro, 5° parágrafo primeiro, 15, 16 e 17, obriga a fixação das receitas e despesas que se alonguem por mais de um ano, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, para os próximos dois anos seguintes e que na Lei Orçamentária, as despesas não podem ser fixadas sem a demonstração da origem das receitas para pagá-las. O artigo 42 proíbe a postergação do pagamento de despesas de um para outro exercício e, o artigo 73 disciplina a punição cabida aos infratores, **com o Código Penal...**

Contudo, a questão se torna ainda mais grave quando se lê o livro *Mais vagas com qualidade: O Desafio do Ensino Superior*

no Brasil, organizado pelo Prof. Ivan E. Chambouleyron, Editora Unicamp, 2001. O segundo artigo ali contido, assinado pelos docentes Vercesi (C. Médicas), Hogan (C. Humanas), Martínez (Matemática), França Arruda (Engenharia), Paulo Arruda (Biologia), Oswaldo Alves (Q?ímica), Hoffmann (Economia) e pelo organizador, conclui pela possibilidade real de quadruplicar o número de vagas, de forma “não onerosa” (sic)...sem “aumento do orçamento” (sic) e sem “aumentar a carga didática dos professores” (sic).

Estas preocupantes afirmações são em seguida esclarecidas. Primeiro, exemplificando com o ensino de física ou de matemática, a proposta “revolucionária” é reduzir de 6 para 2 disciplinas a carga horária, substituindo as demais por uma *novidade*, as “*atividades participativas*, que não devem ser confundidas com ‘laboratoriais’ ou ‘computacionais’”. Cabe perguntar, porquê, após 34 anos de sua instituição, só agora seus principais cérebros descobriram que parte do ensino que ministram é inútil? Assim se explica parte do drama: a carga *anterior* dos docentes seria mantida, mas agora distribuída por 4 turmas!

A segunda grande “explicação” consiste em alocar número crescente de instrutores: “Os estudantes de pós-graduação precisam ser instrutores dos cursos básicos...” Quer dizer, estudantes, no lugar de mestres! Esta é a melhoria do ensino?

No mesmo livro pode-se ver cálculos de “custos” de ensino superior, um tanto descuidados. A Tabela 3 compara esses custos como porcentagem do PIB, com resultados de 5,2% para o Brasil, 7% para o Canadá, 3,7% para Coreia, 4,9% para o México, e outros. Não parece se dar conta das diferenças entre os estoques populacionais desses países, da enorme diferença de seus PIBs e de suas rendas médias por habitante. Se o fizessem, veriam que os gastos médios por habitante do Brasil são 4,5 vezes menores do que os do Canadá, a metade do coreano, e 2/3 do mexicano...

Em outra tabela, apresentam a esdrúxula relação “despesa pública por estudante superior como porcentagem da renda per capita”, e aqui, os resultados são assombrosos: enquanto para o agregado EUA e Canadá a cifra é de 23,9% e para a Europa Ocidental 32,9%, na *perdulária* Unicamp ela é de 80%. Eis aqui o lamentável *esquecimento* do que é ser um país subdesenvolvido, cuja renda média é cerca de 7 a 10 vezes menor do que as dos desenvolvidos!

Pobre ensino superior...

* Wilson Cano é Prof. Titular do Instituto de Economia da UNICAMP.

